

Sessão de lançamento do n° 37 da revista *ex aequo*, sobre

A ‘ideologia de género’ e a religião’

Coimbra, Casa da Escrita, 31 de janeiro de 2019

O patriarcado contra-ataca: “ideologia de género”, femonacionalismo e violência sexual¹

Júlia Garraio

“Há poucos dias, tu me chamou de estuprador, no Salão Verde, e eu falei que não ia estuprar você porque você não merece.”² Podia ser um dos milhões de comentários, piadas e ameaças de violação que abundam nas discussões da blogosfera e que se acumulam nas caixas de correio de mulheres ativistas, com cargos públicos e que se movimentam na política. O que torna este comentário especial é ter sido dirigido publicamente por um deputado a uma ex-ministra em 2014 e de esse deputado ser agora presidente do Brasil. Bolsonaro não é o único político a ser eleito após e apesar de gracejar com o tema da violência sexual numa posição de fala claramente alinhada com os violadores. Durante a campanha presidencial de 2016, o atual presidente filipino, Rodrigo Duterte, aludiu ao motim na prisão de Davao em 1989, quando os prisioneiros fizeram fila para violar uma missionária australiana que acabou sendo morta. Duterte afirmou que, uma vez que se

¹ Esta comunicação foi realizada no âmbito de *(De)Othering: Desconstruindo o Risco e a Alteridade* (Referência: POCI-01-0145-FEDER-029997), projeto financiado por FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Fernanda Calgato, “Bolsonaro repete que não estupra deputada porque não merece”, *Globo*, 9-12-2014, <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/bolsonaro-repete-que-nao-estupra-deputada-porque-ela-nao-mercede.html>.

tratava de uma mulher bonita, ele, enquanto presidente da câmara, deveria ter sido o primeiro da fila. Não podemos desvalorizar estas graçolas como excentricidades de políticos não convencionais; pelo contrário, é preciso olhar para a correlação entre a eleição de políticos com este tipo de discurso e um quadro político global marcado por uma feroz ofensiva contra os direitos da mulher.

Eis apenas alguns exemplos do impacto dessa ofensiva. Em abril de 2018, o Departamento da Justiça de Donald Trump restringiu a definição de violência sexual, retirando, entre outros, a referência a consentimento explícito, incesto, tentativa de violação e carícias; restringiu também a definição de violência doméstica à existência de dano físico, deixando de fora situações de abuso psicológico, manipulação e coerção emocional.³ Em dezembro de 2018, a extrema-direita entrou nas instituições democráticas espanholas com a eleição, para o Parlamento da Andaluzia, de 12 deputados do Vox, partido com uma matriz nacional-católica autoritária e um programa que, entre outros, milita pela revogação da lei de violência de género (e sua substituição por uma lei de violência intrafamiliar), a supressão de fundos para “organismos feministas radicais” e a perseguição efetiva das denúncias falsas. Não pensemos que este tipo de medidas se limita à extrema-direita. Há poucos dias, a jornalista e ativista política Julie Bindel alertava para o impacto das leis de difamação existentes no Reino Unido (Defamation Act 2013) no combate à violência sexual e violência doméstica.⁴ Dava como exemplo possível no atual quadro legislativa britânico o caso de uma mulher em situação profissional/económica precária que confia a amigos e/ou denuncia à polícia ter sido violada por um homem rico e/ou poderoso. As autoridades judiciais consideram que não

³ Maya Oppenheim, “Trump administration ‘rolling back women’s rights by 50 years’ by changing definitions of domestic violence and sexual assault”, *The Independent*, 25-01-2019, <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/trump-domestic-abuse-sexual-assault-definition-womens-rights-justice-department-a8744546.html>.

⁴ Julie Bindel “Women who allege abuse mustn’t be silenced by rich men’s libel threats”, *The Guardian*, 23-01-2019, <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/jan/23/women-allege-abuse-libel-laws>.

há elementos suficientes para levar o caso a julgamento. O homem apresenta então queixa contra ela por difamação. Sem dinheiro para contratar advogado, a mulher vê-se assim não só obrigada a enfrentar o seu violador em tribunal como também eventualmente a ter de lhe pagar uma indemnização.

Não se trata aqui de pôr em causa a existência de leis contra a difamação nem de negar o direito de todos/as a um bom nome. No entanto, qualquer quadro legislativo nesta área deverá equacionar não só como uma cultura de descrédito perante as vítimas de violação tem sido a marca dominante nas polícias e nos tribunais, como também, na prática, se verifica que muitas situações de violência sexual são extremamente difíceis de provar e, por isso, acabam por ser decididas a favor do acusado. Olhemos para a situação de Portugal. Ainda em outubro de 2018, um artigo de Aline Flor no *Público*,⁵ apoiado em vários estudos sobre violência sexual, alertava para a persistência da imagem das “mulheres ardilosas” entre um senso comum tão recetivo a empolgar os números de denúncias falsas. Cita o diretor nacional adjunto da Polícia Judiciária, Carlos Farinha, que afirma que apenas 3 a 4% das denúncias são simuladas. Refere também um estudo de 2008 do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) que, com base numa amostra desse período, aponta que 39% das vítimas tinham desistido ao longo do processo e 32% dos casos tinham sido arquivados pelo Ministério Público por não conseguir recolher indícios suficientes para levar a julgamento. Nota também o impacto de certos estereótipos quanto ao perfil do agressor na aplicação de penas: é mais provável um homem com antecedentes criminais, solteiro e em situação económica precária ser condenado do que alguém com reputação de “homem respeitável”. Para além disso há ainda que ter em conta o que o senso comum entende por “real rape”: a agressão que ocorre num local público, em que

⁵ Aline Flor, “Só 3%, 4% das situações denunciadas são simulações”, *Público*, 14-10-2018, <https://www.publico.pt/2018/10/14/sociedade/noticia/so-3-4-das-situacoes-denunciadas-sao-simulacoes-1847441>

um desconhecido usa violência e a mulher resiste, ficando assim com marcas físicas visíveis. Ora, frequentemente a agressão ocorre no espaço privado, os agressores são conhecidos das vítimas, e estas estão numa situação de subalternidade (profissional, económica, familiar, emocional...) perante eles.

Isabel Ventura, autora de um estudo de referência sobre Portugal,⁶ chama a atenção para a necessidade de se distinguir entre “denúncia falsa” e “falta de provas”. Ora, é precisamente aqui, na eventual sobreposição entre “denúncia simulada” e “falta de provas”, que reside a perigosidade dos apelos a um reforço das leis da difamação. Num julgamento por difamação, uma violação não provada em tribunal, uma confidência que não foi acompanhada por uma queixa oficial, uma desistência de queixa, serão consideradas denúncias falsas ou situações de falta de prova? A falta de provas abonará a favor do alegado agressor ou também da alegada vítima? Se tradicionalmente as mulheres que denunciavam violações se sentiam tratadas pelas autoridades e pela sociedade como acusadas e potenciais culpadas, uma legislação por difamação que não atenda às especificidades da recolha de prova em casos de violência sexual pode abrir caminho a que as mulheres que denunciam assédio e violação passem literalmente para o lugar de acusadas e condenadas. Não deixa de ser preocupante que, ao mesmo tempo que se avança na transposição para as legislações nacionais dos princípios da convenção de Istambul, as conquistas feministas no combate ao estigma da violação possam simplesmente ser inviabilizadas por outras dimensões do quadro legislativo.

Ainda há um ano se vivia a euforia do #metoo, que estimulou a partilha e denúncia de experiências de assédio sexual e violação, mas sobretudo que permitiu a pessoas que tinham silenciado as suas experiências, por saberem que não se encaixavam no imaginário

⁶ Isabel Ventura, 2018, *Medusa no Palácio da Justiça ou uma História da Violação Sexual*. Lisboa: Tinta da China.

convencional da vítima de violência sexual (a pessoa capaz de apresentar “provas irrefutáveis”), fossem agora ouvidas com empatia e não apenas como potenciais mentirosas. Tarana Burke, a ativista negra norte-americana que, em 2006, iniciou o movimento “Me too” de “empowerment through empathy” tem tecido, como sabemos, numerosas críticas à evolução do fenómeno #metoo de 2017. No entanto, não deixou de o apoiar e de o valorizar como momento histórico sem precedentes, como salientou numa entrevista em finais de 2018:

We have never confronted sexual violence in this way in this country. We’ve never taken a step back to listen, to really understand the effects of sexual violence, from sexual harassment to rape and murder.⁷

Algumas vozes críticas, inclusivamente em países onde não houve um #metoo local, costumam argumentar que o movimento criou um clima de “caça às bruxas” favorável à propagação de rumores não comprovados, à difamação e a injustiças (o caso Woody Allen costuma ser citado frequentemente).⁸ Culpar o #metoo pela contestação à legislação em matéria de violência de género e pela desvalorização dos testemunhos de mulheres que sofreram violência sexual é subestimar o impacto dos ataques globais aos direitos das mulheres que são muito anteriores a 2017. É ignorar o papel de diversas forças políticas de matriz conservadora, autoritária e religiosa na remasculinização do discurso político e nos ataques aos movimentos e às agendas feministas.

⁷ KK Otensen, “#MeToo founder Tarana Burke reflects on the movement – and the reckoning”, *The Washington Post*, 6-11-2018, https://www.washingtonpost.com/lifestyle/magazine/metoo-founder-tarana-burke-reflects-on-the-movement--and-the-reckoning/2018/11/02/c17c31e4-cbd7-11e8-a3e6-44daa3d35ede_story.html?utm_term=.39a18153d96b.

⁸ A acusação contra Woody Allen de que teria abusado sexualmente da filha adotiva da sua ex-companheira Mia Farrow data dos anos 90. Na altura foi alvo de uma longa investigação judicial, que não encontrou qualquer prova contra o realizador. No contexto de #metoo, a publicação no New York Times duma carta aberta de Dylan Farrow, a alegada vítima, revelou-se fatal para a carreira do realizador. Moses, outro filho adotivo de Mia Farrow, publicou, posteriormente, um longo post no seu blog em que defende a inocência do realizador.

Atualmente são numerosos os Estados dirigidos por “homens fortes” que cultivam uma imagem pública de masculinidade ao serviço da proteção da nação: Rússia, Filipinas, Hungria, EUA, Índia, Turquia, Brasil, entre muitos outros. Uma sólida corrente de investigação associa contextos de precariedade e despossessão socioeconómica que afetam significativamente a população masculina à emergência e ao alastrar de projetos políticos que advogam a nação como refúgio contra um cosmopolitismo e uma globalização que provocaram tantos/as excluídos/as. Pankaj Mishra analisa, numa perspetiva global e no contexto das expectativas defraudadas, vulnerabilidades e desigualdades geradas pelo neoliberalismo, a remasculinização da luta e do discurso políticos, com recurso frequente a imagens de violência sexualizada e a um subtexto de desvalorização do que é considerado feminino, o enaltecimento do militarismo e os ataques ao chamado marxismo cultural, aos direitos LGBT e ao feminismo, acusados de contribuírem para o enfraquecimento da nação e da virilidade dos seus homens.⁹

A crítica e os ataques à “ideologia de género” têm tido um papel significativo neste processo de remasculinização do poder político, sobretudo em sociedades de matriz e/ou forte presença católica. Não vou aqui debruçar-me sobre a origem do conceito ideologia de género, sobre o papel do Vaticano nesta luta ideológica, sobre as suas expressões atuais, nem sobre como aquilo que a Igreja Católica considera a ordem natural das coisas é algo socialmente construído, mais precisamente uma “ideologia de género”. Sobre estas questões, convido-vos a ler os artigos do nº 37 da revista *ex aequo*, volume temático dedicado precisamente à “Ideologia de género e religião”. Queria apenas chamar a atenção para como a luta contra a “ideologia de género” converge com o chamado

⁹ Pankaj Mishra (2017) *Age of Anger: A History of the Present*. Penguin; “The crisis in modern masculinity”, *The Guardian*, 21-03-2018, <https://www.theguardian.com/books/2018/mar/17/the-crisis-in-modern-masculinity>.

femonacionalismo¹⁰ nos esforços de deslegitimação do feminismo. Ambos acusam o feminismo assente nos estudos de género de ser prejudicial para as mulheres por supostamente não as defender dos verdadeiros perigos do mundo atual, argumentando que as mulheres estão melhor protegidas através de projetos assentes na família heteronormativa (tese dos ataques à “ideologia de género”) e na nação num sentido nativista (tese do femonacionalismo). Nos dois casos há um subtexto que reclama o corpo da mulher como parte de um coletivo maior: a família como espaço de reprodução e a comunidade racialmente imaginada.

Olhemos para um acontecimento cuja mediatização discursiva é indissociável da força atual do femonacionalismo: os casos de violência sexual na passagem de ano de 2015/16 em Colónia e noutras cidades alemãs. O impacto social destes acontecimentos aponta para um caso emblemático de Othering/alterização da violação, aqui através de um processo de racialização. Os debates gerados focaram essencialmente a origem étnico-religiosa dos agressores, construindo discursivamente aquelas situações de violência sexual como produtos da cultura patriarcal dos países de origem desses homens. Como sabemos, os acontecimentos foram usados não apenas para combater a imigração e contestar a lei de asilo na Alemanha, mas também para atacar e desacreditar o feminismo. As feministas visadas foram essencialmente feministas antirracistas envolvidas em iniciativas como o hashtag #ausnahmslos Gegen sexualisierte Gewalt und Rassismus [Sem exceção. Contra a violência sexualizada e o racismo],¹¹ que recusaram leituras culturalistas dos eventos e se esforçaram por abordar as agressões sexuais de Colónia no contexto mais geral da violência de género na Alemanha. Este feminismo foi acusado de

¹⁰ Sarah Harris propôs este conceito para analisar a cooptação de questões feministas por movimentos e agendas islamofóbicas, racistas e xenófobas na França, Itália e Holanda da atualidade. Sarah Harris (2017), *In the Name of Women's Rights: the Rise of Femonationalism*, Duke University Press.

¹¹ <http://ausnahmslos.org/>.

não combater o verdadeiro inimigo das mulheres na Alemanha, supostamente o Islão e os homens muçulmanos/imigrantes. No entanto, muitas das vozes inflamadas contra as feministas antirracistas foram as mesmas que, ao longo dos anos, mantiveram um certo desinteresse e mesmo alguma complacência perante atos semelhantes quando perpetrados pelos homens considerados da nação, como nos casos de assédio e violência sexual na festa anual Oktoberfest. Lembremos que, apesar das diversas iniciativas de ativismo feminista de alerta e combate ao problema, se verificou durante muito tempo, entre significativos sectores da população, uma certa tendência para tratar essas situações como casos pontuais e/ou sem significado maior (na linha de um certo senso comum que insinua “boys will be boys” e “um apalpão nunca matou ninguém”) e mesmo para responsabilizar as vítimas por “comportamentos de risco que aumentam a exposição à violação” (consumo de álcool).

Esta tendência para conceber os crimes sexuais cometidos por migrantes e muçulmanos como algo estrutural e transversal à cultura e religião associadas a esses homens, enquanto as agressões sexuais dos “nossos homens” são minorizadas como algo pontual que não define “quem somos coletivamente”, é um fenómeno muito comum nos discursos sobre violação. Trata-se do processo que explica que, enquanto numerosas vozes islamofóbicas invocam repetidamente a história do casamento de Aisha, de 7 anos, com o profeta Maomé para apontar os crimes sexuais cometidos por muçulmanos como algo estrutural nas sociedades de matriz muçulmana, as numerosas revelações de pedofilia na Igreja Católica continuam a ser frequentemente consideradas “casos pontuais”. Costuma ser mais fácil verbalizar indignação e repúdio pela violência sexual quando ela é atribuída ao Outro, sobretudo quando esse Outro é entendido como um inimigo e um indesejado. É aqui que reside precisamente a força e a persistência de histórias de violação nas propagandas de guerra de todo o mundo: “os nossos inimigos

querem violar as nossas filhas e as nossas mulheres; nós lutamos para as proteger”. Ora, como sugerem os casos de pedofilia na Igreja Católica, os mais terríveis crimes sexuais podem ocorrer entre nós no seio das instituições mais respeitadas e conceituadas. Num contexto de impunidade dada aos agressores, em que se insiste no silenciamento e na desacreditação das vítimas como “sacrifícios necessários” para proteger a instituição, que vai ao ponto de culpabilizar as vítimas, acusadas de sedução, e desculpabilizar os agressores, responsabilizando o “flagelo da homossexualidade,¹² os “casos pontuais” podem revelar-se afinal como sendo transversais.

Uma das observações que pode ser feita a partir da avalanche de testemunhos de violência e assédio sexual nos EUA no contexto do #metoo é que, sem com isto pretender nivelar o teor e a gravidade dos crimes sexuais em causa, a atuação da Igreja Católica não difere assim tanto das práticas vigentes na maior parte das instituições. No dia 12 de fevereiro de 2019 realiza-se, na Universidade de Stanford, o simpósio “Betrayal and Courage in the Age of #MeToo”, que analisa precisamente as “numerous stories of institutional betrayal where college and university administrations, military and church hierarchies, corporate and entertainment industry cultures, and the justice system have failed to support sexual assault survivors, further compounding their trauma.”¹³

Em suma, o combate à violência sexual passa também pela análise crítica de questões como as relações de poder que enquadram as situações de violência e a sua mediatização e visibilidade, bem como as agendas e os objetivos últimos de determinados

¹² “El obispo de Tenerife afirma que algunos menores incitan al abuso sexual”, *El País*, 27-12-2007, https://elpais.com/sociedad/2007/12/27/actualidad/1198710001_850215.html; “Ex-embaixador do Vaticano: abusos sexuais na igreja devem-se a gays no sacerdócio”, *Diário de Notícias*, 19-10-2018, <https://www.dn.pt/mundo/interior/embaixador-do-vaticano-aponta-homossexuais-no-sacerdocio-como-causa-de-abusos-sexuais-10031408.html>.

¹³ <https://www.eventbrite.com/e/casbs-symposium-betrayal-and-courage-in-the-age-of-metoo-tickets-54715313977>.

movimentos que se autoproclamam como defensores dos direitos das mulheres. Tal como a hipervisibilização de agressões sexuais cometidas por migrantes/muçulmanos não pode ser desligada da reivindicação do corpo feminino como património étnico-racial da nação, a perseguição às pessoas LGBT cujos corpos se colocam fora do ideal de família heteronormativa não pode ser desligada da reivindicação do corpo feminino como máquina de reprodução. Os dois posicionamentos – femonacionalismo e combate à “ideologia de género” – sustentam-se na realidade negação da autonomia sexual, questão essencial para os feminismos desde a década de 70. Como alertava Judith Butler num texto recente em que apelava ao fim dos ataques contra a “ideologia do género”,¹⁴ o que está aqui em causa é antes de tudo o direito do indivíduo à liberdade:

Teaching gender is not indoctrination: it does not tell a person how to live; it opens up the possibility for young people to find their own way in a world that often confronts them with narrow and cruel social norms. To affirm gender diversity is therefore not destructive: it affirms human complexity and creates a space for people to find their own way within this complexity.

Those who fall outside the norm deserve to live in this world without fear, to love and to exist, and to seek to create a world more equitable and free of violence.

¹⁴ Judith Butler, “The backlash against ‘gender ideology’ must stop”, *NewStatesman*, 21-01-2019 <https://www.newstatesman.com/2019/01/judith-butler-backlash-against-gender-ideology-must-stop> .